



Da antiga Casa da Câmara aos novos Paços do Concelho (séc. XVIII/1913-15)

Cristiano Cardoso*, Pedro Magalhães** e Luís Sousa***

Palavras-chave

Lousada; Paços do Concelho

Keywords

Lousada, City Hall

Resumo

A ancestralidade da existência da casa da Câmara do Concelho de Lousada no lugar da Oitava, na freguesia de Pias, é cabalmente comprovada pelo menos desde o segundo quartel do século XV. No entanto, durante a primeira metade do século XVIII, assistimos à transferência da câmara para um edifício no lugar do Torrão, na freguesia de Silvares, local onde se mantém até aos dias de hoje. Naturalmente que, por vicissitudes do tempo e vontade política, o edifício foi alvo de múltiplas transformações ao longo da sua história. No início do século XX, com a Implantação da República, assistimos, porventura, à principal metamorfose dos Paços do Concelho. Assim, entre 1913 e 1915, o edifício da Câmara foi alvo de uma profunda remodelação arquitectónica que lhe conferiu, em termos genéricos, o aspecto que hodiernamente possui.

Abstract

The ancient existence of the City Hall of the Municipality of Lousada, in Oitava, in the parish of Pias, is fully confirmed at least since the second quarter of the fifteenth century. However, during the first half of the eighteenth century we could witness the transfer of the City Hall to a building in Torrão, in the parish of Silvares, where it remains until the present day. Of course, due to the vicissitudes of time and political will, the building has undergone many changes throughout its history. In the early twentieth century, with the Establishment of the Republic, we could witness to the main metamorphosis of the City Hall. Thus, between 1913 and 1915, the City Hall building has undergone a profound architectural remodeling which provided it, in general terms, the aspect that it has nowadays

* Historiador. Mestre em História pela Universidade do Minho. biface@gmail.com

** Historiador. Mestre em História pela FLUP. pejaquim@gmail.com

*** Arqueólogo. Mestrando em Arqueologia pela FLUP. luis.sousa2@gmail.com

1. Introdução

O objectivo primordial deste artigo visa apresentar, pela primeira vez, à comunidade e ao público em geral o projecto de arquitectura que esteve na base da profunda remodelação a que os Paços do Concelho da Vila de Lousada foram sujeitos entre os anos de 1913 e 1915. Quando, em Agosto de 2010, um dos subscritores deste texto localizou esta documentação no Arquivo Distrital do Porto, inserida no fundo do Governo Civil, ficou desde logo patente a importância de que se revestia e a necessidade de partilhar esta informação com investigadores e público interessado. Mais tarde, com a ajuda dos técnicos do Arquivo Municipal de Lousada, foi possível verificar que o processo também existia no fundo histórico¹ do referido serviço, excluindo-se em definitivo a ideia de que o mesmo se teria perdido.

Poderemos dividir este texto em três partes essenciais: um breve enquadramento histórico-cronológico relativo à Casa da Câmara do concelho de Lousada, seguido de um, também

breve, desenvolvimento do processo político-administrativo que desencadeou as obras de 1913-15, e, por fim, uma análise das informações constantes das plantas.

2. A antiga Casa da Câmara do concelho de Lousada

2.1. Primeira localização e transferência

O primitivo edifício, que serviu de Casa da Câmara, ou Casa da Audiência, como também se designava, situava-se no lugar da Oitava, na freguesia de Pias. Para além da persistência da memória popular dessa referência, existem igualmente provas documentais que confirmam esta tradição secular. Desde logo o Padre António Carvalho da Costa, na sua *Corografia Portuguesa*, localiza o foral de Lousada como estando na Oitava (1706:400), ou seja, identifica a sede jurídica e administrativa do concelho em Pias.



Figura 1. Desenho ao natural dos Paços do Concelho, no lugar do Torrão, inserido no capítulo de Lousada d'O Minho Pittoresco.

¹ Contudo este processo não está completo nesta instituição, faltando uma peça desenhada correspondente à planta do edifício novo.



Figura 2. Localização conjectural da antiga Casa da Câmara do concelho de Lousada, no lugar da Oitava, freguesia de Pias.

Mais de meio século antes, durante as averiguações realizadas a 25.6.1649 para a justificação de nobreza pedida por Pantalhão Pinto Ribeiro, capitão-mor do concelho de Lousada e morador na Casa do Porto, Santa Margarida, encontra-se mais uma alusão à antiga localização da Casa da Câmara:

no lugar da oitava foral deste concelho de Lousada (Nóbrega, 1959:308).

Contudo, um tombo de bens da igreja de Santa Margarida, datado de 1532, garante-nos a permanência ancestral da Casa da Câmara no referido lugar, usando-a como referência na apegção e confrontações das terras pertencentes ao casal da Oitava. No título deste casal pode ler-se:

Titollo do casal da oitava que jaz na freguesia de são Lourenço Das pias junto da casa do Concelho;

e mais adiante, na demarcação e confrontação de uma bouça lê-se:

e vem entestar na devesa que esta na casa do comselho (Cardoso, 2009:158).

Mas, na verdade, podemos fazer recuar mais um século a localização da casa da audiência, como bem descortinou Abílio Miranda. A 21 de Abril de 1431, uma sentença do juiz do julgado de Lousada foi passada *no lugar da Oitava*, foral do dito julgado (Miranda, 1943:3); (Moura, 2009: 217), confirmando assim a localização das justiças desta terra na dita freguesia de Pias, desde, pelo menos, o segundo quartel do século XV².

A transferência do edifício da câmara para a freguesia de Silvares terá ocorrido, portanto, durante a primeira metade do século XVIII. No Tombo de Bens do concelho, realizado no ano de 1750, já se menciona a *caza da camara* inserida no título dedicado ao lugar do Torrão, Silvares:

Item O conçelho a caza da Camara e cadeya por a parte de baixo della aonde se costuma fazer as audiencias e vereasoins com sua cozinha terreira e patio, e na dita caza da camara tem cazas que servem de aposentadoria para os menestros que ao dito conçelho vão fazer correissoins e outras deligengias (sic); E sendo tudo medido tem de comprido dezoutos varas de nasçente ao poente e de largo [de

² Este documento referido por Abílio Miranda não voltou a ser localizado na fonte por mais nenhum autor, incluindo os que escrevem este texto. Foi mencionado que o mesmo documento foi visto e analisado no cartório do Mosteiro de Bustelo. Confiamos, contudo, na acuidade historiográfica do reconhecido historiador penafidense.

norte] ao sul tem quinze varas, e se informou que de fora desta medição havia terra que pertença a caza da camara destinada para se fazer caza de asougue parte do nascente com olival do Padre Jozeph Pinto e do poente com caminho que vai para o Monte e do sul com o caminho que vai para o Porto defronte da dita caza tem hum Rexio e seu poulorinho (Tombo dos Bens, 1744-1802: fl. 242v e 243).

Saliente-se que neste mesmo tombo se efectuou o reconhecimento e apegção de uma propriedade que

pessuê Antonio Pinto ferrador do lugar das oitavas [composta por] humas cazas terrias com sua horta que fez em terra baldia donde dantes hera caza da camera e cadea (Idem: fl. 84).

Em 1758, na memória paroquial do padre Francisco Machado Botelho, vigário da igreja de São Miguel de Silves, já se afirma:

Hé esta freguezia cabeça de concelho, por estar nella situada a caza do auditorio, no lugar de Turram, aonde se faz audiencia duas vezes na semana, às Quartas Feiras e Sabbados, nam sendo dias feriados. E também se faz audiencia dos vereadores e almotacés aos Sabbados somente, nam sendo dias feriados (Capela, Borralheiro e Matos, 2009:326).

Que razões contribuíram para a transferência das justiças e da administração municipal de Pias para Silves? Com efeito, estas duas freguesias são vizinhas e o local da antiga sede do concelho dista pouco mais de 1km daquele onde veio a ser instalada a Câmara, e onde se conservou até aos nossos dias. Devemos, no entanto, avançar com duas proposições que nos parecem subsidiar as razões desta mudança. Primeiro, o novo edifício veio instalar-se na margem da então denominada “estrada do Porto”, que corresponde precisamente à actual Rua de Santo António, arruamento cujo perfil se encontra bem definido para o século XVIII através de construções datadas como a Capela de Santo António (1725) ou uma casa com alminhas embutidas (1731) (Cardoso, 2008). No entanto, as referências documentais a esta estrada recuam pelo menos ao século XVI e à existência de uma Capela de São Sebastião, que se localizava à face do cruzamento entre as actuais ruas de Santo António e de São Sebastião (Magalhães, et. al., 2009:145-152). Para esta mudança das justiças terá concorrido, igualmente, a organização de uma feira quinzenal no lugar do Torrão, na qual se cobrava sisa e portagem, conforme nos relata o mesmo memorialista Francisco Machado Botelho



Figura 3. Rua de Santo António. Em primeiro plano, na proximidade dos Paços do Concelho, uma casa com alminhas datada de 1731.

(Capela, Borralheiro e Matos, 2009:326). É nossa convicção que a transferência da Casa da Câmara do lugar da Oitava para o Torrão e a instituição da feira quinzenal constituem acontecimentos estreitamente relacionados, podendo qualquer um deles representar a consequência do outro.

2.2. Evolução estrutural e administrativa do edifício

Só voltamos a obter notícias dos paços do concelho no ano de 1791, durante um processo de organização das comarcas judiciais, para o qual o corregedor de Entre Douro e Minho foi consultado e em que afirma: a *Casa do Foral de Lousada, sita no lugar do Torrão, é bem ordinária e insignificante* (Soeiro, 2001:16, cit. por Moura, 2009:310).

Teremos que esperar pelos meados do século seguinte para alcançar informações mais frequentes. Esta falta de informação está muito relacionada com o facto de não existirem *livros de vereação* para todo o período do Antigo Regime, perda grave para a história deste município. O primeiro livro de actas da câmara conhecido diz respeito, globalmente, ao período do reinado de D. Miguel e está à guarda da Biblioteca Municipal de Felgueiras.

Em 1840, o edifício dos Paços do Concelho foi alvo de uma profunda reforma, cujas rubricas das despesas estão mencionadas no Livro de Contas da Câmara desse mesmo ano. O jornal penafidense *Braz Tisana*, numa edição de 1854, faz uma breve, mas elucidativa, descrição das diversas dependências do edifício, no qual estavam instaladas a câmara e o tribunal judicial, com as suas cadeias. A sala das sessões da câmara e a sala do tribunal ficavam situadas na parte sul do edifício, voltadas para a “estrada real” actual Rua de Santo António. Intermediando estas salas existia a sala do relógio, sendo estas três divisões servidas de sacadas. O edifício oferecia ainda uma dependência para arquivo municipal, acomodações e cozinha para o carcereiro,

duas enxovias e uma grande *loja* com tarimbas para alojamento de escoltas e outros serviços municipais (*Presidentes*, 2003:12).

Em Fevereiro de 1862 o executivo municipal discutiu a necessidade de *alargar a Casa Municipal, de modo que n’ella se possam accomodar a Administração do Concelho, e a Repartição da Fazenda*, serviços que andavam distribuídos por casas arrendadas (Idem:46). No entanto, não há qualquer indicação de que se tenha efectuado esta obra por este executivo ou pelos seguintes.

Durante o primeiro executivo chefiado pelo visconde de Alentém, entre 1868 e 1871, voltamos a registar a realização de obras recentes no edifício da Câmara. Em Outubro de 1869, no conteúdo das alegações relativas à anexação das freguesias do julgado de Paços de Ferreira – na iminência de ser extinto –, referem-se obras no Tribunal e a edificação de uma casa na qual estava instalada a sala das sessões da Câmara, a secretaria, a Administração do Concelho, a Conservatória, a Repartição da Fazenda e outras acomodações (Idem:66).

Cerca de dez anos depois, em 1878 reclama-se a construção de um edifício mais condigno com a *grandeza d’esta Comarca* (Idem:72-74). Será nesta sequência que, ainda nesse ano, se dará início ao processo de construção do edifício do Tribunal Judicial, cuja obra foi adjudicada no ano seguinte. A velha Casa do Concelho passava, assim, a estar destinada em exclusividade à administração municipal e a repartições públicas.

Em 1887, aventa-se a possibilidade de instalar a Sala das Sessões da Câmara nos compartimentos por cima das cadeias municipais, sendo para tal necessário efectuar algumas reparações (Idem:86).

Por fim, e concluindo esta simples resenha cronológica que contribuirá para a melhor análise das linhas que se seguirão, refira-se um projecto de remodelação do telhado do corpo posterior do edifício dos Paços do Concelho. Este corpo, construído perpendicularmente ao edifício original, prolongava-se cerca de 25m em direcção à actual Avenida do Senhor dos Aflitos

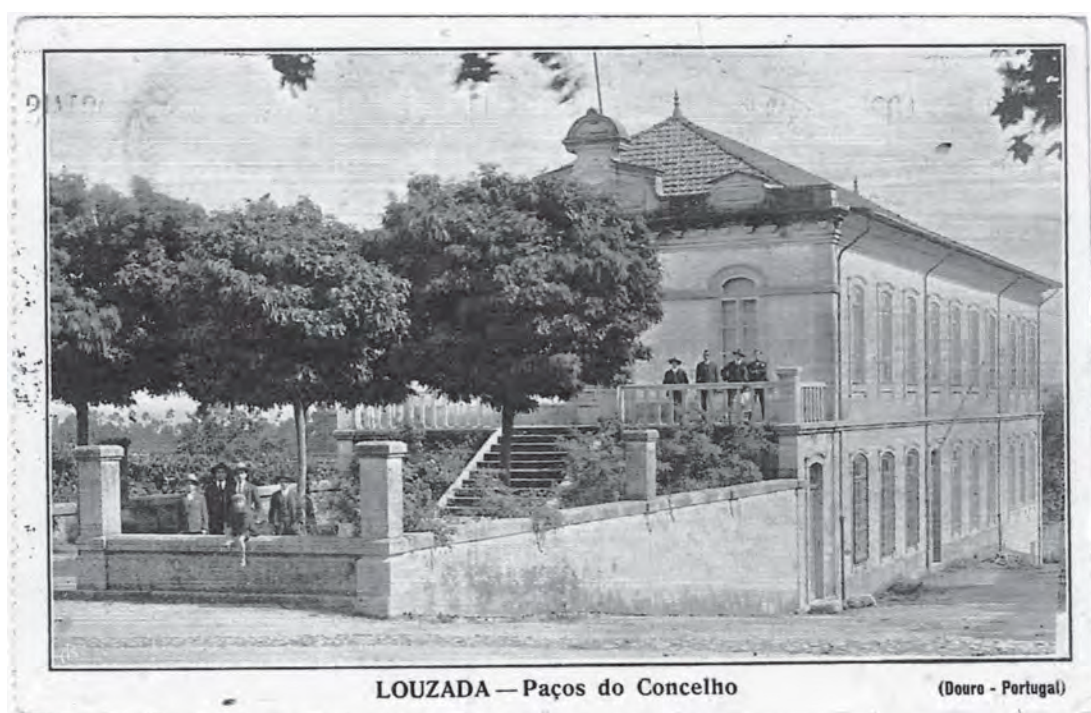


Figura 4. Os Paços do Concelho após as grandes obras de remodelação. Postal Ilustrado...

e tinha uma cobertura em *lousas* (pequenas telhas de xisto que ainda é possível observar em Lousada). O projecto, datado de 1901, contempla a substituição das armações do telhado e das referidas *lousas* por telha de tipo *marselha* (Processo para a cobertura..., 1902).

3. Os novos Paços do Concelho: iniciativa política e processo administrativo

No início do século XX, com a implantação da República em Portugal e a chegada de mudanças políticas na governação do concelho, conjecturam-se um conjunto de vontades que irão conduzir às transformações arquitectónicas do edifício dos Paços do Concelho de Lousada. Assim, não se pode negligenciar a contextualização política dos primeiros tempos republicanos, que trouxe aos municípios portugueses a tomada de posse de comissões administrativas que os vão gerir durante cerca de três anos (Magalhães, 2011:173-183).

Em Lousada, existiram duas comissões administrativas antes das primeiras eleições autárquicas republicanas. Vão ser estas comissões que vão encetar as diligências que conduzirão às modificações que justificam o título deste capítulo. Duas comissões distintas, com intenções idênticas e atitudes diferenciadas relativamente à necessidade de obras no edifício dos Paços do Concelho.

A primeira comissão administrativa, inicialmente presidida por Eduardo Osório e depois pelo Dr. Porfírio de Magalhães, também deputado constituinte, manifestou logo na primeira sessão camarária após a tomada de posse, a 19 de Outubro de 1910, a necessidade, há muito reclamada, de obras no edifício dos paços do concelho (*Livro de Actas*, 1906-1911:178-179v). No entanto, esta intenção não saiu do papel e, por isso, a 22 de Maio de 1912, esta primeira comissão, já bastante alterada na sua constituição inicial, reitera novamente a necessidade de obras, traçando desde logo as principais orientações a considerar na elaboração do projecto e respectivo orçamento: acrescento de um novo andar para instalação das repartições

da Câmara, Administração do Concelho, Registo Civil, Conservatória, consultório médico e biblioteca (*Livro de Actas*, 1911-1915: 40v-41v).

Porém, esta intenção também não saiu do papel. Aliás, esta comissão cessaria funções sem iniciar pelo menos o projecto de obras a realizar. De facto, a primeira comissão administrativa, nos primeiros passos do regime republicano, canalizou grande parte dos seus esforços para responder à preocupação de contribuir para a consolidação do regime republicano em fase embrionária. Na verdade, da leitura das actas da Câmara da primeira comissão administrativa, constatamos o conjunto de medidas e acções que tomaram, verificando-se a sensibilidade dos homens que a constituíam para, à sua medida, contribuírem para que a jovem república vingasse e vigorasse por muitos anos (Magalhães, 2011:182).

A nova comissão administrativa, presidida por Miguel de Sá e Melo, tomou posse a 4 de Novembro de 1912 e, logo a 2 de Janeiro do ano seguinte, toma em mãos a deliberação de 19 de Outubro de 1910 e reitera a necessidade de concretização das obras nos paços do concelho (*Paços do Concelho*, 1911-1915: cx1). Desta vez a intenção extrapola o papel.

As orientações para a elaboração do projecto contemplam a adaptação do edifício existente, aumentando-lhe mais um mais um andar para serem instaladas as diversas repartições públicas (Câmara, Administração do Concelho, Registo Civil, Consultório Municipal, Conservatória e Guarda Republicana) e melhorar as cadeias públicas que ficariam a ocupar o rés-do-chão. Os argumentos são claros: é necessário instalar com decência e comodidade as diversas repartições e melhorar as condições dos presos fornecendo-lhes celas com luz e ar, além dos necessários requisitos higiénicos. Volvidos apenas vinte dias desta decisão, é apresentado em reunião de câmara o projecto de remodelação do edifício dos Paços do Concelho, assinado pelo arquitecto António Ayala Sanches a 20 de Janeiro de 1913, com um orçamento total de 9.327\$180 reis. Os procedimentos necessários à concretização da obra agilizam-se: rapidamente se definem e apresentam as condições e cadernos de encargos para arrematação da obra nas suas especialidades de pedreiro, carpinteiro e trolha. A 14 de Maio era celebrada a escritura de adjudicação das obras, devendo o empreiteiro de pedreiro e carpinteiro iniciar as obras a 1 de Junho e terminá-las no prazo de 18 meses, ou seja, no final de 1914. O caiador iniciaria com a ordem da câmara e terminaria

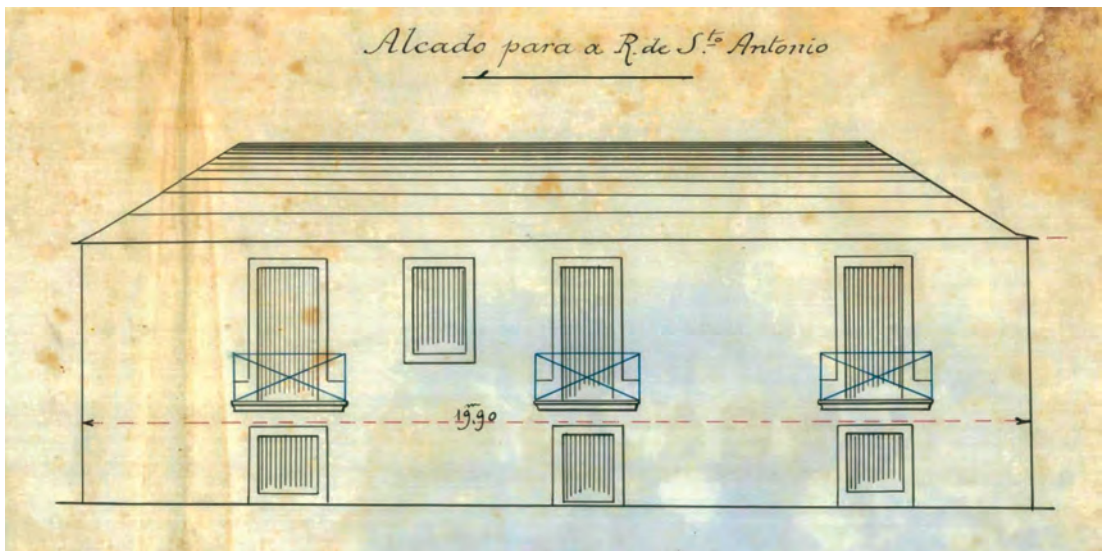


Figura 5. Alçado do antigo edifício voltado à Rua de Santo António.

Especialidade	Adjudicatário	Valor do Orçamento	Valor da Adjudicação	Diferença
Pedreiro	José Ribeiro Barbosa, freguesia de Santa Eulália de Barrosas	4.214\$960	2.950\$000	1.264\$960
Carpinteiro		2.963\$775	2.243 \$000	720\$775
Caiador	António Fonseca da Costa, freguesia da Varziela, Felgueiras	1.321\$145	590\$000	731\$145
Total das especialidades:		8.499\$880	5.783\$000	2.716\$880
Valor total:		9.327\$180		

Tabela 1. Valores da Obra dos Paços do Concelho e respectivos adjudicatários³.

seis meses depois. Para o pagamento da obra, é renovada a autorização de venda de inscrições e certificados de dívida interna fundada que a Câmara possuía no valor de 15 contos e 50 mil reis, já autorizados a 24 de Julho de 1910 (Idem).

Esta adjudicação inicial excluiu algumas especialidades pouco significativas em termos orçamentais. No entanto, de salientar que os valores de adjudicação, em virtude das propostas apresentadas pelos adjudicatários, diferem significativamente dos valores orçamentados pelo arquitecto Ayala Sanches.

4. Decurso das obras e análise de plantas

O edifício anterior às obras de ampliação revelava um corpo de planta em “L”, plano que nos é revelado pelas plantas efectuadas e apenas ao projecto de 1913/1915 (Paços do Concelho...), bem como no levantamento topográfico da vila de Lousada, datado de 1879 (*Planta da Villa de Louzada...*, 1879).

Desconhecemos a data em que sobre este levantamento foram traçadas intenções ou obras em andamento relacionadas com a rede viária da vila, contudo, não deixa de merecer relevo o propósito em abrir um arruamento paralelo aos Paços do Concelho, que previa já a supressão do corpo adossado ao alçado Oeste, eliminado definitivamente aquando das obras de ampliação que vêm sendo descritas.

A planta dos antigos Paços revela-nos um exíguo piso térreo, no qual existiam apenas dois compartimentos que compunham a cadeia de então. Uma das divisões destinava-se a mulheres e a outra a homens (Planta 1).

A Planta do 1º piso é-nos representada com cinco grandes divisões: sala dos empregados, arrecadação, secretaria, sala e salas das sessões. Revela-nos, portanto, o modo como se articulavam e se achavam organizadas as diversas secções dos Paços em 1913. Como foi dito anteriormente, são de sobremaneira diferentes daquelas que teve outrora, lembremos por exemplo a edição de meados do século XIX do jornal penafidense *Braz Tisana*, que diz que aqui estavam instaladas a câmara e o tribunal judicial. Acrescenta que a sala das sessões da câmara e a sala do tribunal ficavam situadas na parte sul do edifício, voltadas para a “estrada real”, actual Rua de Santo António, o que se confirma, mas se atendermos à configuração representada nesta ala do edifício, verificamos a ausência de uma divisão, a sala do relógio, que se encontrava a intermediar as referidas sala das sessões e sala do tribunal, o que revela terem sido direccionadas para esta área obras de reestruturação da superfície, levadas a cabo em data posterior a 1878, ano em que se dá o início do processo de construção do edifício do Tribunal Judicial (actuais serviços técnicos da Câmara). O edifício dos Paços do Concelho oferecia ainda uma dependência para arquivo municipal, acomodações e cozinha para o

³ Quadro elaborado com base no orçamento do arquitecto A. A. Sanches e nos valores adjudicados formalmente em acta da Câmara (*Paços do Concelho*, 1911-1915:cx.1).



Figura 6. Planta da Vila de Lousada de 1879 com destaque do antigo edifício dos Paços do Concelho.

carcereiro, duas enxovias e uma grande loja com tarimbas para alojamento de escoltas e outros serviços municipais, que não figuram na planta.

Os alçados incluídos no processo de obras de ampliação relacionados com o edifício antigo, evidenciam paramentos simples, rasgados por janelas e portas com vergas e ombreiras rectas desprovidas de qualquer elemento decorativo. Chamamos a atenção apenas para o alçado virado para a rua de Santo António, plano vertical que se destaca pela presença de três aberturas em sacada, que correspondiam à sala das sessões, do relógio e sala do tribunal - considerada, decerto, a face nobre do edifício dos, ao ponto de ser esta a representada João de Almeida na obra de José Augusto Vieira (1887, II: 353), *O Minho Pitoresco*, tratando-se, ainda que parcial, da mais antiga representação dos Paços do Concelho (v. Fig. 1). Nesta figuração verifica-se a ausência de uma janela entre as aberturas com sacada à esquerda e central, janela que vemos representada no alçado de 1913, aberta no intervalo cronológico referido por razões que desconhecemos.

A partir de 19 de Outubro de 1910, com a primeira comissão administrativa presidida por Eduardo Osório e depois pelo Dr. Porfírio de Magalhães, são unidos esforços no sentido de se efectuarem obras no edifício dos Paços do Concelho, que não se concretizaram. É reiterada a premente necessidade em Maio de 1912, momento que é decidido o acrescento de um novo andar. Pese embora fosse uma questão ciclicamente abordada, a verdade é que apenas nos inícios de 1913 se consolida a intenção, determinando-se orientações para a elaboração de um projecto que contemplasse a adaptação do edifício existente, aumentando-lhe mais um andar para serem instaladas as diversas repartições públicas e melhorar as cadeias que ficariam a ocupar o rés-do-chão. Neste nível do rés-do-chão pode comprovar-se que foram seguidas as dimensões dos anteriores Paços, e inclusivamente o lugar da porta de acesso, cuja abertura é coincidente e pode ser observada no edifício nos dias de hoje.

Na planta do primeiro piso podemos constatar que aqui se encontravam as cadeias, cujo projecto obedeceu às determinações impostas pela comissão administrativa, presidida por Miguel de Sá e Melo, que havia tomado posse a 4 de Novembro de 1912, designadamente no que concerne às condições dos presos, com celas com entrada natural de luz e ar, além dos necessários requisitos higiénicos. Atente-se por exemplo ao quarto para detenção de homens e para o quarto para detenção de mulheres que possuem WC individuais (Planta 2).

O desenvolvimento das obras vai trazer, desde logo, a necessidade de alguns ajustes e alterações ao projecto. Durante a comissão administrativa presidida por Sá e Melo, em sessão de 6 de Agosto de 1913, dois meses após o início das obras, aprovam-se algumas alterações, designadamente a parede norte (lado onde ficam as cadeias), por não ter a robustez necessária para suportar o segundo pavimento, sendo determinado ser necessário demoli-la e construí-la de novo. De facto constata-se que esta parede não foi erigida como consta no projecto de 1913/15. Registos fotográficos de 1985 e depositados no Arquivo Municipal de Lousada mostram que este tramo do edifício ostentava janelas de recorte em nada condizentes com o alçado contrário, para além de serem mais estreitas e sem os frisos moldurados graníticos, estavam reforçadas com gradeamento de ferro.

Outras das alterações introduzidas foram a divisão do segundo pavimento, projectada de pedra, que deveria ser feita de madeira para não ocupar tanto espaço, e o pavimento das cadeias gerais em betonilha e não de soalho por ser mais seguro.

No dia 2 de Janeiro de 1914, toma posse a nova câmara eleita para o triénio 1914-1916, com uma comissão executiva presidida pelo Dr. Joaquim Augusto da Silva Moura. Esta mudança política vai trazer de imediato algumas indecisões e propostas de alteração às obras do edifício dos Paços do Concelho (Livro de Actas, 1911-1915: 100v). Logo a 6 de Janeiro, são questionadas as condições de salubridade e higiene das prisões,

devendo a comissão executiva averiguar a possibilidade de mudar as prisões para outra parte do edifício e quais os custos associados. No dia seguinte, após uma análise às obras do edifício, o Dr. Joaquim Moura propõe que se retire a proposta do dia anterior porque dela resultaria grande perda de tempo, de dinheiro e até de esthetica. De qualquer maneira, a comissão executiva, já no dia 8, relativamente à cadeia em construção, vai aprovar a construção de um pequeno aposento destinado a presos mal comportados ou incorrigíveis que precisem de castigo. As alterações não se ficaram por aqui. Registaram-se alterações ainda no final de Janeiro, em Agosto e Outubro de 1914 (Paços do Concelho, 1911-1915: cx1).

No final do primeiro mês de governação, a primeira comissão executiva vai enumerar um vasto conjunto de alterações ao projecto das obras de remodelação do edifício municipal:

- Abrir duas portas ao rés-do-chão na fachada posterior (ao nascente), uma na frente e outra na parede interna que dá serventia para uma das divisões;

- Abrir uma janela ao lado sul na parede junto à rampa;
- Fazer desaparecer o antigo corredor até ao nível do chão e realçar a parede já construída até ao mesmo nível com alicerces suficientes para ficar com inteira segurança;
- Travejar, soalhar, colocar portas e janelas e estucar os tetos e paredes do rés-do-chão;
- Não construir a sacada do primeiro pavimento ao lado nascente a que se refere a caução 28º das condições de pedreiro;
- Anulação da alteração de 6 de Agosto de 1913, ficando as cadeias soalhadas e não com betonilha.

Nos meses de Agosto e Outubro de 1914 ainda se registam algumas alterações:

- Abertura de uma porta em vez de uma janela nos baixos da marquise ao lado norte;
- A saída interior será, nos andares superior e inferior em forma de arco e não tapada com excepções das entradas;



Figura 7. Foto do alçado nascente dos Paços do Concelho obtida em 1985.

- O banho sob a platibanda será de cimento e não de cobre.

O 2º piso (Planta 2) manteve-se genericamente como o projectado, não houve alterações significativas, apenas nos merece um apontamento o facto de estarem projectadas aberturas com sacada nos alçados nascente, sul e norte, embora como se pode ver pelo registo fotográfico somente foi seguido o projectado para o alçado nascente, isto é, o que se encontra virado à rua de Santo António.

Dois anos após o início das obras de remodelação do edifício, e apesar de não estarem totalmente concluídas, decidiu-se, em reunião de 21 de Junho de 1915, a mudança para o final do mês das repartições da Câmara, Administração e Registo Civil, pois já estavam concluídos os aposentos a elas destinados.

No mês seguinte a esta deliberação, ainda se vai registar mais uma alteração ao projecto, desta vez imposta por vontade legal. Os compartimentos do lado direito do primeiro pavimento (consultório municipal) serão ampliados para albergar a biblioteca municipal que a câmara tem a obrigação de instituir por lei e que significa um elemento de progresso local. O terceiro compartimento destinado à enfermaria, será ocupado pelo consultório do facultativo municipal e sub-delegado de saúde (Idem).

A 23 de Agosto parece registar-se a última das alterações feitas no decurso das obras de remodelação: a comissão executiva decide mandar colocar portas de ferro na entrada principal, lado sul, e nas escadas que dão acesso para o andar superior para evitar, a entrada de estranhos, pois algumas repartições já se encontravam em funcionamento (Idem).

As obras estavam prestes do fim. Faltavam possivelmente apenas dois meses. A 30 de Agosto de 1915, a comissão executiva acede ao pedido do empreiteiro de trolha que, por falta de material no mercado, solicita a conclusão das obras para o final do mês de Outubro. Terá sido este o mês que marca o final da obra, pelo menos em termos gerais, uma vez que o lanço de escadas da fachada principal, cinco anos depois, ainda não tinha sido executado, fazendo-se o acesso através de tábuas.

Pelo caminho registou-se no papel a vontade da primeira comissão administrativa republicana de concretizar esta obra, a determinação da segunda comissão presidida por Sá e Melo que em cinco meses conclui todas as diligências para iniciar o projecto e o cunho da primeira comissão executiva (eleita) que precisa de cerca de dois anos para concluir as obras.

5. Bibliografia

Fontes Manuscritas, Projectos e Plantas

Arquivo Distrital do Porto

- Fundo do Governo Civil do Porto. Maço 849 A.

Arquivo Municipal de Lousada. Fundo Histórico.

- Livro de Actas, 1906-1911.
- Livro de Actas, 1911-1915.
- Planta da Villa de Louzada. Approvada pela comissão de viação municipal em sessão de 14 de Janeiro de 1879. Escala de 0,001m.
- Paços do Concelho de Lousada. Cx. 1.
- Processo para a cobertura de parte do edificio dos Paços do Concelho. [1901]. Cx. 1.
- Tombo dos bens baldios deste concelho. 1744-1802. Cx. 1.

Fontes Impressas

CAPELA, J.V., MATOS, H. e BORRALHEIRO, R. (2009) – As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758. Braga: ed. autor

COSTA, António Carvalho da (Pe.) – Corografia Portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal... Lisboa: Valentim da Costa Deslandes, 1706-12.

Estudos

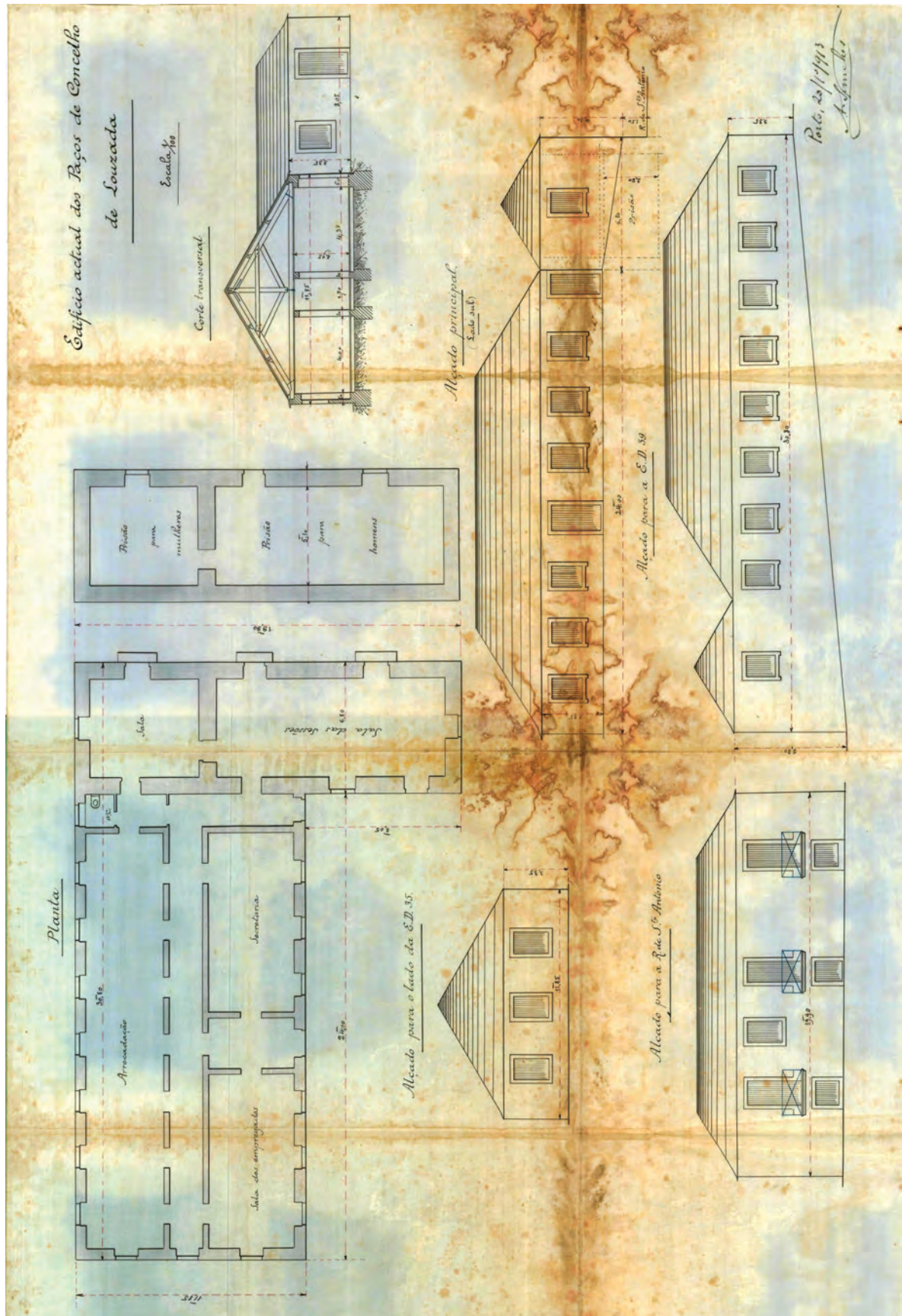
CARDOSO, C. (2008) – A Rua de Santo António: o mais antigo e pitoresco arruamento de Lousada. Revista Municipal (Suplemento do Património). Ano 9, N.º 55 (Julho). Lousada: Câmara Municipal.

CARDOSO, C. (2009) – O Tombo da Igreja de São Salvador de Lousada de 1532: estudo e transcrição. Oppidum - Revista de Arqueologia, História e Património. Ano 4, N.º 3. Lousada: Câmara Municipal. pp. 153-185.

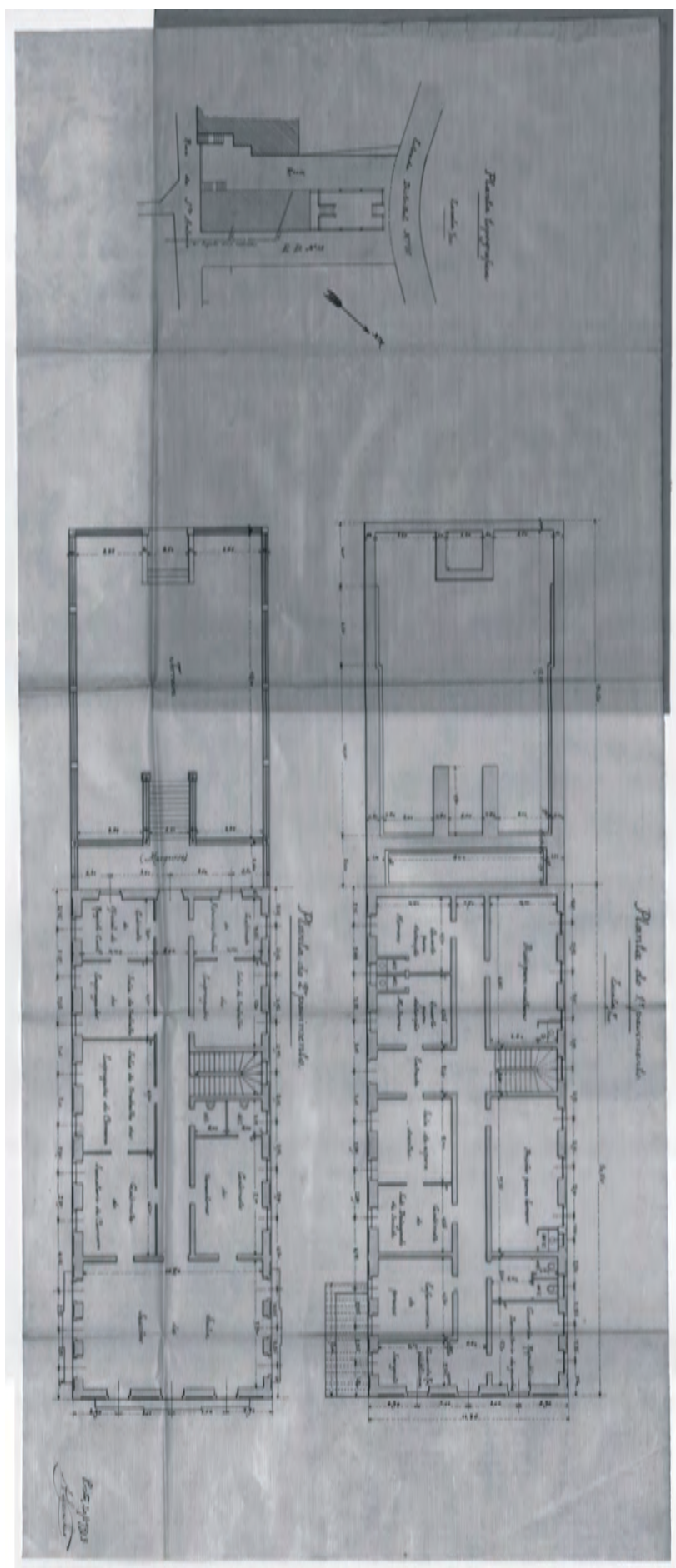
MAGALHÃES, P. (2011) – A Proclamação da República em Lousada: Controvérsia na tomada de posse da primeira comissão administrativa. Oppidum - Revista de Arqueologia, História e Património. Ano 6, N.º 5. Lousada: Câmara Municipal. pp.173-183.

- MAGALHÃES, P. MOREIRA, C., CARDOSO, C. e SOUSA, L. (2009) – Silhares: um percurso pela sua história. Lousada: Reviver Editora.
- MIRANDA, A. (1943) – Terras de Lousada (A Torre dos Mouros). Jornal de Lousada (separata). Lousada: Tip. do Jornal de Lousada.
- MOURA, A. S. de (2009) – Lousada Antiga. Das origens à primeira República. Lousada: Ed. do autor, 2009. (1.ª Parte – Do concelho.)
- NÓBREGA, A. V. O. (1959) – Pedras de Armas do Concelho de Lousada: heráldica de família. Porto: Junta de Província do Douro Litoral.
- Presidentes da Câmara Municipal de Lousada: desde 1838 até 1900 (D.L. 2003). [S.l.]: Arquivo Municipal de Lousada.
- VIEIRA, J. A. (1887) – O Minho Pittoresco. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira. 2 vol.

Anexo 1: Plantas

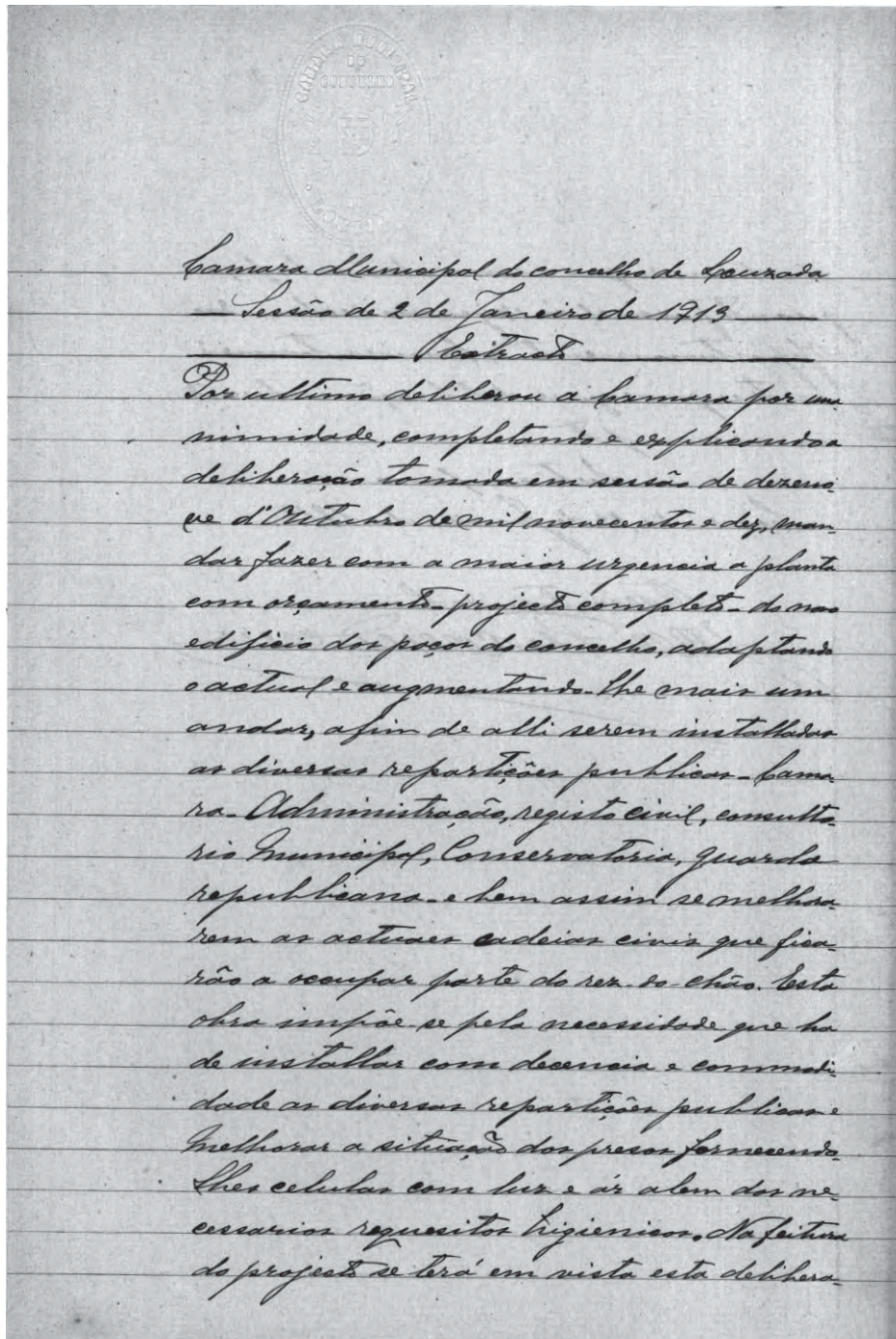


Planta 1. Alçados e plantas do edifício primitivo.



Planta 2. Alçados e plantas do edifício projectado.

Anexo 2: Documentos



Documento 1. Deliberação da Câmara Municipal que prevê a realização do Projecto.

ção de modo que a mesma obra satisfaga
quanto possível as exigências reclamadas.
Oportunamente a Câmara tomará
outras quinquaginta deliberações inerentes
ao assumpto.

Sottà conforme

Laurate, 22 de Janeiro de 1913

Secretario da Câmara

All Friends come

A Câmara Municipal do Concelho de Lourada:

Considerando que o presente projecto se acha bem organizado tendo sido attendidos as necessidades d'esta Corporação;

Considerando que o respectivo orçamento comprehende todas as despesas indispensáveis para a execução da obra;

Considerando que da mencionada descriptão, seu antecedente, constam todos os motivos que levaram a Câmara a proceder á ampliação do edificio dos Paços do Concelho;

Considerando que, para evitar duplicidade de serviços e visto que tal menção representa a realidade da Câmara por ser necessaria e conveniente, esta Câmara caminha como mas as palavras ali consignadas;

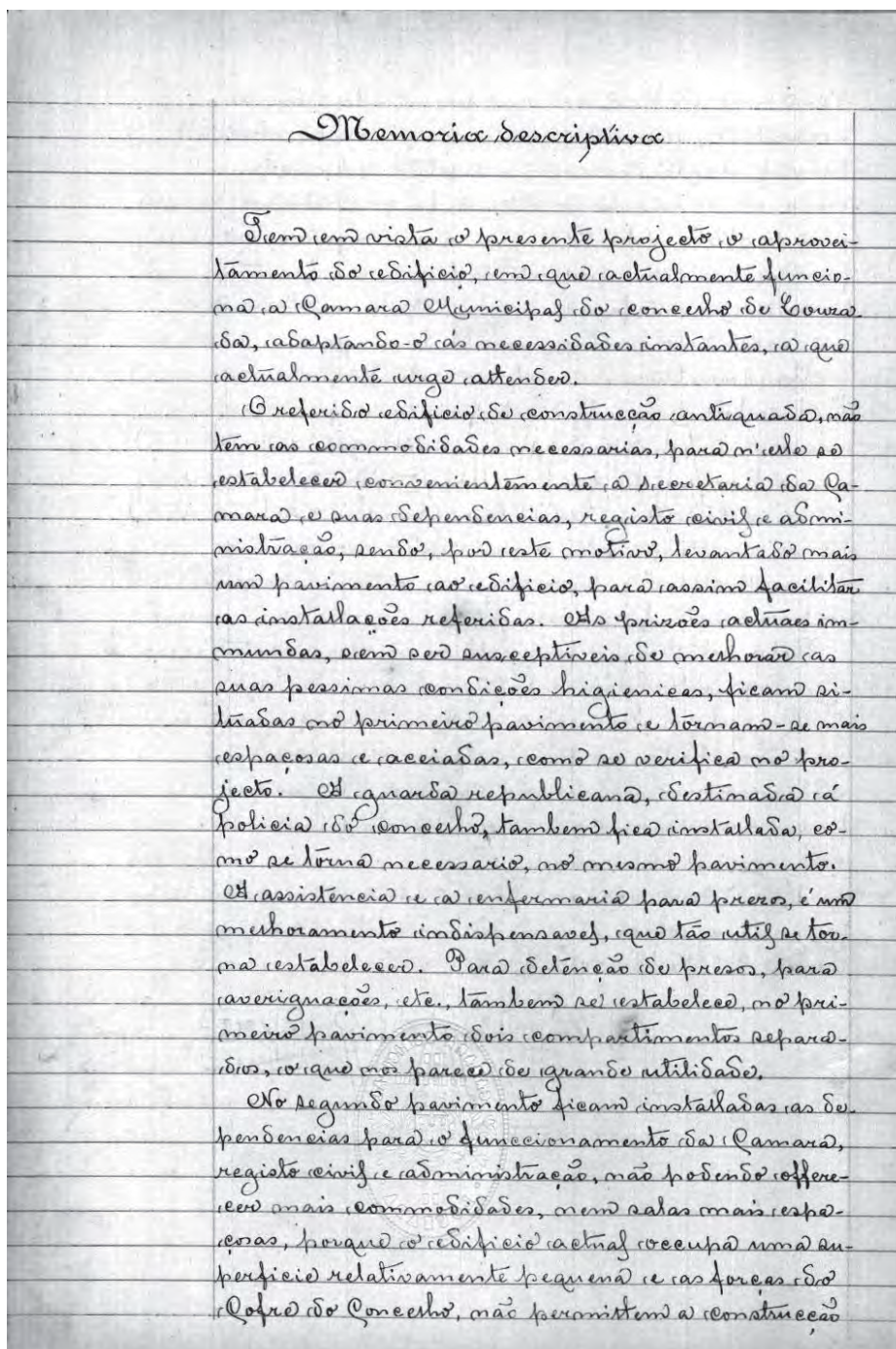
Considerando, enfim, que se acham cumpridas todas as formalidades legais;

Decide em appurar o presente projecto o respectivo orçamento de acordo com o curador, para os effectos legais, ás autoridades superiores competentes.

Lourada e sala dos rendas da Câmara Municipal,
22 de Janeiro de 1913.

A Cam.^{muni} Municipal administradora,
Miguel A. Moreira de Sá e Silva
Gonçalo João d'Almeida
Antonio de Sousa Santos
Luiz Thomaz de Feres Leal
Joaquim Leite (Paulo Leal de Moura)
Joaquim Brandão dos Santos

Documento 2. Aprovação do Projecto pela Câmara Municipal.



Documento 3. Memória descritiva do Projecto.

d'um novo edifício, em que fossem attendidas as necessidades de cada repartição. Na impossibilidade, portanto, de deixar um patio interior, funcionando como sala de espera, foi projectado um logoiro coberto por uma marquise, de ferro, que se vê no projecto, indicado na frente principal e na frente d'esta e feito um terreno com jardim, no prolongamento do edificio.

Como a altura do edificio actual, que é de 2,85 se torna insufficiente para a capacidade necessaria, para as diversas installações do primeiro pavimento, foi projectado demolir a parte necessaria para levantar as janelas actuaes e tornar a altura entre o pavimento e o tecto de 4,30. A altura entre o soalho e o tecto do segundo pavimento ficará em 4,40.

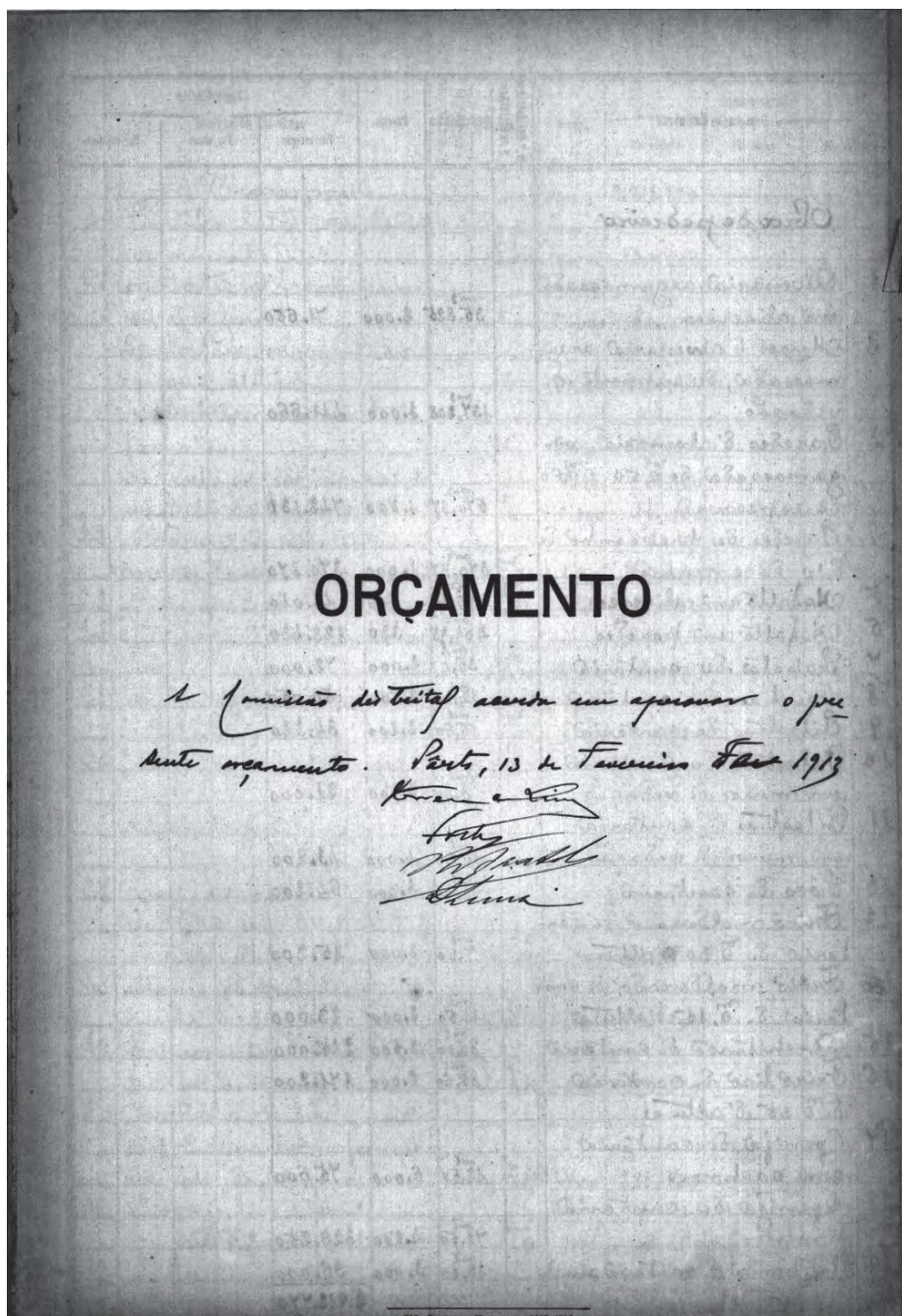
Pelos detalhes do projecto, se vê claramente que depois d'esta executado o edificio dos Paços do Concelho de Louzada, embora de apparencia muito modesta, já pôde satisfazer as mais importantes necessidades do concelho, por isso que ficando reunidas no mesmo edificio as repartições acima indicadas.

Segundo o orçamento que faz parte d'este projecto, as obras a realisar, importam na quantia de 9:327 e 180 reis.

Porto, 20 de Janeiro de 1913

Alf. Sanchez





Documento 4. Orçamento previsto pelo arquitecto António Sanches.

Designação das obras	N.º dos detalhes e subitâneos	Quantidades	Preços	Importâncias		
				Por artigos	Por obras	Por capitulos
Obras de pedreiro						
1 Alvenaria argamassada em alieceres	m ³	35,825	2.000	71.650		
2 Muros d'alvenaria argamassada, de suporte e vedação	m ³	137,208	3.000	411.660	411.660	
3 Paredes d'alvenaria argamassada de 0,50 a 0,60 de espessura	m ²	570,87	1.300	742.130		
4 Paredes de freixalhão de 0,30 de espessura	m ²	370,87	1.000	370.870		
5 Alfalte em alieceres	m ²	136,70	300	41.010		
6 Alfalte em paredes	m ²	401,33	330	132.430		
7 Chapéus de cantaria	m ²	36,0	2.000	72.000		
8 Cornijas de cantaria	m ²	124,30	3.500	50.050		
9 Pilastres de cantaria	m ²	15,60	2.200	34.320		
10 Pilastres de cantaria em muros de vedação	m ²	8,40	2.500	21.000		
11 Pilastres de cantaria em muros de vedação	m ²	10,80	4.000	43.200		
12 Pisos de cantaria	m ²	21,40	3.000	64.200		
13 Frieza moldurada de cantaria de 0,20 d'altura	m ²	7,60	2.000	15.200		
14 Frieza moldurada de cantaria de 0,15 d'altura	m ²	11,50	2.000	23.000		
15 Architrave de cantaria	m ²	86,00	2.500	215.000		
16 Frieza lisa de cantaria de 0,20 d'altura	m ²	85,60	2.000	171.200		
17 Cornija de cantaria com cachorro	m ²	12,60	6.000	75.600		
18 Cornija de cantaria simples	m ²	72,50	4.500	326.250		
19 Platabanda de cantaria simples	m ²	12,00	3.000	36.000		
O transporte				3.913.770		

Designação das obras	N.º dos detalhes e subdétalhes	Quantidades	Preços	Importâncias		
				Por artigos	Por obras	Por capitulos
Transporte				3.913,770		
20 Platabandas de cantaria ornamentada		12,00 m ²	10,000	120,000		
21 a) Portas da frente principais e janellas		3	27,000	81,000		
b) Portas augmentados na entrada lateral		14	10,000	140,000		
c) Portas novas nas tres fachadas		26	22,000	572,000		
d) Frontão do lado do nascente		1	8,000	8,000		
e) Porta da frente posterior		3	5,000	15,000		
22 Chapim de cantaria em muro de vedação e esada		75,30 m ²	1,800	135,540		
23 Regras lisas de cantaria		7,50 m ²	1,500	11,250		
24 Regras de cantaria com boed		32,00 m ²	2,000	60,000		
25 Regras lisas de cantaria a preço fixe. lisas		42,50 m ²	1,000	42,500		
26 Varandas de cantaria		23,30 m ²	5,000	116,000	4.212,960	
Obras de carpinteiro						
27 Enxameamento do pinho de Riga com francheões de 2,22 x 0,08		327,35 m ²	1,200	421,500		
28 Armação de telhado do pinho de Riga		456,12 m ²	1,300	592,950		
29 Sapamento cobrado do pinho nacional		261,30 m ²	650	170,170		
30 Trabalho do pinho nacional do macho e fêmea de 0,10 de largura		407,29 m ²	700	285,100	285,103	
31 Fachas lisas (com rimão) de 0,30 de altura		64,20 m ²	140	8,560	8,568	
32 Fachas e contra-fachas						
do transporte				1.478,280	4.212,960	

Designação das obras	N.º dos detalhes e subdetalhes	Quantidades	Preços	Importâncias		
				Por artigos	Por obras	Por capitulos
Transporte				1:478,280	4:214,960	
De 0,60 de altura		126,44 m ^l	260	45,510	45,518	
33 Guarnições de portas e janelas de pinho nacional molduradas com 0,15 de largura		673,30 m ^l	200	134,660		
34 Guarnições lisas com rimão de pinho nacional com a largura de 0,15 cm portas e janelas		124,34 m ^l	120	16,940	169,48	
35 Chaceamento e fagging de pinho nacional em tecto		583,57 m ²	320	186,720	186,723	
36 Esquadria exterior do castanho		128,86 m ²	3.000	446,580		
37 Portas exteriores do castanho		9,39 m ²	5.000	46,950		
38 Esquadria interior do pinho nacional		286,07 m ²	1.800	514,926		
39 Escada completa		7,20 m ²	8.000	57,600		
40 Guarnecimento do pinho nacional em paredes do prepeanho		35,61 m ²	1.000	35,610	3:463,773	
					2:963,445	
Obras de Telhado						
41 Cobertura do telhado com telha tipo de Alentejo		456,12 m ²	500	228,060		
42 Breiras do telhado nacional de 0,66 de comprimento		57,89 m ^l	1.200	71,520		
43 Reboco e guarnecimento de cal e areia fina em paredes e tapamentos		2116,17 m ²	180	380,910		

Designação das obras	N.º dos detalhes e subdetalhes	Quantidades	Preços	Importâncias		
				Por artigos	Por obras	Por capitais
Transporte				680,490	7.178,735	
44 Embasamento de tectos e estuques de cal e areia fina		496,83 ^{cm²}	200	99,360	26	
45 Embasamento de tectos e estuques de gesso, ornamentado		84,53 ^{cm²}	500	42,260	265	
46 Molduras corridas de gesso em tectos com a altura de 0,30 a 0,40		248,40 ^{cm²}	300	74,520		
47 Betonilha em pavimento		150,30 ^{cm²}	800	120,240		
48 Alçapões em pavimento		9,46 ^{cm²}	1.600	14,190		
49 Traçado de louça de 0,30 de altura		93,35 ^{cm²}	120	11,200	202	
50 Vedação de platibanda com chapas de chumbo nº 3 e feltro		33,60 ^{cm²}	1.500	35,400		
51 Alçapões de chapa de ferro zincado nº 20		33,60 ^{cm²}	1.000	33,600		
52 Condutores de chapa de ferro zincado nº 24		43,00 ^{cm²}	360	15,480		
53 Emcaamentos de tubos de grés para retretes, de 0,11 de diâmetro interior		72,00 ^{cm²}	800	57,600		
54 Bacias de louça com sifão para retretes		4	2.000	8,000		
55 Bacias de louça de lavagem com autoelismo		4	20.000	80,000		
56 Ventiladores de chapa de ferro zincado nº 24		70,00 ^{cm²}	360	25,200		
57 Pisos levantados de cimento e areia		30,10 ^{cm²}	300	9,030		

Designação das obras	N.º dos detalhes e subdetalhes	Quantidades	Preços	Importâncias		
				Por artigos	Por obras	Por capitais
Transporte				1.296,570	7.178,735	
de cimento		49,15 ^{m²}	500	24,575	1.221,145	
					1.321,145	
Obras de ferro						
59 Gradeamento da vedação do terreno		41,30 ^{m²}	3.500	103,350		
60 Cancela de ferro		1		50.000		
61 Grades da escada e varanda		22,60 ^{m²}	2.500	56,500		
62 Varandas da escada		23,00 ^{m²}	3.000	69.000		
63 Marcasite completa		41,30 ^{m²}	6.000	247,800		
64 Caisilhos de ferro no toldado		1		3.000		
65 Encanamento de tubos de ferro zincado para água		1		100.000		
66 Bandeiras de portas		2	3.000	6.000		
67 Grades das prisões		396,8 ^{kg}	100	39.600	675,150	
Obras de pintura						
68 Pintura lisa com empenachada		1.124,03 ^{m²}	360	404,650	404,650	
Vidros						
69 Em caisilhos, portadas e bandeiras		65,00 ^{m²}	1.500	97,500	97,500	
Demolição						
70 Do parte do edifício				50.000	50.000	
					9.727,180	
Material da demolição					400.000	
Importância total					9.327,180	

